

STAL contra operadores privados no sector da água

07-Jun-2005

Â DIRECÇÃfO NACIONAL REUNIU COM â€œOS VERDESâ€•

No Âmbito das jornadas parlamentares realizadas pelo PEV â€“ Partido Ecologista â€œOs Verdesâ€•, com o tema â€œA Âgua bem pÃºblicoâ€•, realizou-se no dia 5 de Julho, na sede da DirecçÃo Nacional do STAL em Lisboa, uma reuniÃo entre representantes do Grupo Parlamentar â€œOs Verdesâ€• e da DirecçÃo Nacional do STAL.

Â

Nesta foram abordadas trÃs questÃes centrais, interligadas entre si, as chamadas parcerias pÃºblico-privadas no sector da Âgua, a alteraçÃo do regime do limite ao endividamento das autarquias neste sector e a hipÃtese de criaÃo de um modelo de tarifÃrio da Âgua que possa ter em conta o agregado familiar dos utentes.

Relativamente Ã s pretensas parcerias pÃºblico-privadas, que mais nÃo sÃo que formas encapotadas de privatizaÃo, o STAL assume-se frontalmente contra a intervenÃo dos operadores privados neste sector, por considerar incompatÃvel a gestÃo da Âgua enquanto bem necessariamente pÃºblico, porque essencial para todos, com a busca do lucro que caracteriza o sector privado. O STAL sugeriu a possibilidade de adopÃo de um regime de tarifÃrio que tenha em conta os rendimentos do agregado familiar e a recomendaÃo da OrganizaÃo Mundial de SaÃde relativamente ao volume de Âgua considerado essencial para a subsistÃncia humana.

Sabendo o STAL que uma das â€œrazÃesâ€• apresentadas por quantos defendem as parcerias pÃºblico-privadas neste sector tem sido justamente o limite Ã capacidade de endividamento das autarquias, em virtude da necessidade de realizaÃo de investimentos avultados, especialmente na Ârea do saneamento e do tratamento das Âguas residuais, torna-se essencial encontrar soluÃes para este problema.

Admitindo a possibilidade de o investimento com recurso a crÃdito nÃo contar para os referidos limites neste Âmbito, deverÃo ser definidas regras concretas e claras, nÃo podendo deixar de ser tido em conta o modelo de gestÃo adoptado e a recuperaÃo do financiamento a longo prazo, salvaguardando o conceito de serviÃo pÃºblico essencial que deve continuar a caracterizar o sector do abastecimento de Âgua e saneamento.

Â

Â